



# Anais da Assembléia

Nº 164

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO DE 1975

ANO I

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 244ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 1975 CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

### QUARTA - FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos senhores Deputados Rosário Pitelli e Leopoldo Jacomel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabtyle Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Scheartz Domicio Scaramella, Enéas Faria, Ernesto DalOglio, Ernesto Gnoato, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsim, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveria, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sgarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (49); achando-se ausentes os Srs. Deputados Mauricio Fruet, Edilson Alencar, Egon Pudell, Aragaõ de Mattos Leão e Jayme Rodrigues Carvalho (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE.—

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO.—

procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO.—

procede à leitura do seguinte

### E X P E D I E N T E

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTOS

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem à Mesa, após ciência e aprovação do plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido na cidade de Marmeleiro, do Sr. ISMAEL CARNEIRO; funcionário público, descendente de tradicional família do sudoeste paranaense.

Deixa além dos familiares, largo círculo de amizade em toda a região.

Requerem também, os signatários, o envio à família enlutada, do teor deste requerimento.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1975.—

a) DENI SCHWARTZ

a) DOMICIO SCARAMELLA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições, requer, após ouvido o plenário, se oficie ao Sr. Reitor da Universidade Federal do Paraná, Dr. THEODOCIO ATHERINO, transmitindo os cumprimentos desta Casa pela dinamização daquela Escola Superior com relação, em especial aos diplomas e seus respectivos registros, pois este ano a maioria dos formandos receberá, no ato da Colação de Grau seu pergaminho, devidamente registrado, fato inédito nos 63 anos de vida daquela instituição.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nom apoio do plenário e respaldado no Regimento Interno, requer a constituição de uma Comissão composta de 3 (três) Deputados para participar das solenidades da inauguração da estrada João Lunardelli, que liga Rolândia a Porecatu. A inauguração ocorrerá nos dias 11 do ze do corrente com a presença do Exmo. Sr. Governador Jayme Canet Junior, Secretários de Estado e prefeitos da região.

A estrada objeto de pronunciamentos nesta Casa, trata-se de uma reivindicação que representa uma verdadeira alavanca para o progresso das cidades que interligará. Tendo em vista a importância e a participação desta Assembléia para que a estrada se tornasse realidade é justo que ela se faça oficialmente presente às solenidades.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1975.

a) FUAD NACLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando que a presença de representantes do nosso Estado nos órgãos federais é, indiscutivelmente, importante para o melhor encaminhamento dos assuntos paranaenses;

Considerando que brevemente serão preenchidos alguns cargos de membros do egrégio Conselho federal de Educação, sendo oportuna e justa a nomeação de integrante da laboriosa classe dos educadores do Paraná, que muito tem contribuído para a causa do saber em nossa Pátria;

Considerando, finalmente, que entre os ilustres nomes indicados pela Federação Nacional de Estabelecimentos de Ensino, encontra-se o do emérito Professor Dr. Dalton de Oliveira Vianna, que com invulgar brilhantismo desempenhou relevantes missões e atualmente exerce, dentre os outros cargos e funções, os de Diretor do Colégio Novo Ateneu, Diretor Técnico da Associação de Ensino Novo Ateneu, Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de 1.º e 2.º graus, no Estado do Paraná segundo Vice-Presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, Professor-Assistente de Direito Administrativo da Faculdade de Direito de Curitiba, Professor de Estudos de Problemas Brasileiros da Faculdade de Direito de Curitiba, Representante da Comissão Nacional de Moral e Civismo no Paraná, Membro do Conselho Estadual de Educação, Presidente da Câmara de Ensino de 1.º Grau, do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, Vice-Presidente da Câmara de Legislação e Normas do Conselho Estadual de Educação, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação do Paraná, em exercício da Presidência deste 08-10-1975;

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o plenário, o envio de expediente à Sua Excelência o Senhor Presidente da República, General

Ernesto Geisel e à Sua Excelência o Senhor Ministro da Educação e Cultura, General Ney Amintas de Barros Braga, manifestando a solidariedade desta Assembléia Legislativa à indicação do renomado mestre curitibano acima enfocado.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1975. —

a) EZEQUIAS LOSSO.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a hora do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, SRs. Deputados.

Ponta Grossa, o Paraná, perdeu um dos maiores nomes da história cultural deste Estado e deste País.

Morreu o Professor JOÃO RICARDO VON BORREL DU VERNAY, Inspetor de Ensino da região dos Campos Gerais, fundador de diversos Institutos de Ensino em nosso Paraná, homem que contribuiu para a cultura deste Estado e particularmente, a região dos Campos Gerais, e que deixará à família paranaense, a cultura paranaense, uma das maiores lacunas a serem preenchidas por um homem público e culto como era o ex-professor.

Nós que tivemos a honra de ser um dos e seus centenas de milhares de alunos, que do seu exemplo e da sua dedicação ao ensino do Paraná, tivemos a honra de fazer assento, como aluno deste ilustre Professor, não poderíamos como não poderia esta Casa, deixar de reconhecer a grande contribuição por este homem feita, ao ensino paranaense.

É nestas condições, Sr. Presidente, SRs. Deputados, que nós estamos entrando na tarde de hoje com um voto de profundo pesar, em nome do povo pontagrossense: povo paranaense, ao falecimento deste Professor que teve, entre os outros méritos, aquele maior, de fazer com que a sua passagem nesta Terra ficasse marcada por um lastro principalmente de cultura, que teve a transcendência da sua permanência terrestre.

Queremos estender este nosso reconhecimento de que, além da cultura do Paraná, Sua Excelência o Professor João Ricardo Von Borrel Du Vernay fazia parte da Academia Paranaense de Letras, numa demonstração inequívoca de que este Paraná, perde no sentido nacional também como família brasileira, uma das maiores culturas do território nacional.

É nestas condições, que nós queremos pedir a aquiescência deste plenário, para que transmitíssemos à família do ilustre Professor, as homenagens póstumas deste Poder Legislativo.

Era isto, Sr. Presidente, SRs. Deputados, o que nos trazia a usar da palavra, no Pequeno Expediente, da tarde de hoje.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, SRs. Deputados.

Nós temos na tarde de hoje duas importantes comunicações a fazer:

A primeira delas prende-se ao fato do pronunciamento nosso, feito no início deste ano, em um apelo que foi feito à Teitoria da Universidade do Paraná, a respeito do problema DIPLOMAS.

Naquela oportunidade, nós fizemos um apelo ao Sr. Reitor da Universidade Federal, e que foi prontamente atendido, uma vez que, pela primeira vez na história da nossa Universidade, em 63 anos os diplomas, aos atuais formandos, em grande parte serão entregues no ato da colação de grau.

Hoje encontramos o Reitor, assinando diplomas já registrados, que serão entregues, quase na sua totalidade dos cursos, dos diversos cursos da nossa Universidade.

Sem dúvida alguma, uma grande realização da Reitoria da Universidade do Paraná, com a qual nós nos parabenizamos

na tarde de hoje, e damos o nosso voto de louvor, cujo requerimento encaminharemos à Mesa.

A segunda comunicação, Sr. Presidente e SRs. Deputados: (Lê): “os eventos de um dos nossos municípios interessam a esta Assembléia? Devemos nós, aqui, ocupar nosso tempo e nossa atenção com os problemas administrativos de um município pequeno e distante, sobretudo agora, quando somos convocados para exame de seus assuntos urgentes e especiais em um período extraordinário da legislatura?

Quem diria que não?

Os municípios são, além das unidades políticas em que vivem e se organizam segmentos de nossa população, de nossos coestaduanos, são unidades de produção que, integradas no Estado, contribuem decisivamente para o seu progresso como um todo. E por essas razões merecem sempre, a todo instante, permanentemente, a nossa dedicação às suas reivindicações, e nosso cuidado com seus problemas.

A Administração Municipal de São Tomé padece de um vício grave que, precisamente por sua gravidade, extravasou dos limites do município e, por nosso intermédio, pede a consideração dos Senhores Deputados e das autoridades do Estado, antes que, por desídia nossa, os fatos invoquem outras soluções que não as de âmbito estadual.

O Prefeito Municipal de São Tomé foi acusado, na Câmara Municipal daquele município, pelo Vereador José Aparecido Cardoso de estar desviando máquinas e servidores do município, para uso em sítio de sua propriedade.

O Sr. Prefeito Municipal, presente à sessão da Câmara, confirmou o desvio dos bens públicos para seu uso particular, pedindo que lhe fosse relevada a prática do ato ilícito.

Nós temos em mãos a Ata da Câmara Municipal de São Tomé realizada em 24 de novembro último que vou ler um trecho para espanto dos SRs. Deputados.

Diz o seguinte. (Lê):

“O Senhor Prefeito se manifestou a respeito dos maquinários do município que estão trabalhando em seu sítio, disse ele: “Até agora os maquinários trabalharam para todo a comunidade sem que ninguém se manifestasse, e só agora porque estão trabalhando no meu sítio, o nobre vereador se manifestou”. Então o Vereador José Aparecido Cardoso disse que o que se estava fazendo era um absurdo, pois a lei não permite de espécie nenhuma que um Prefeito use de maquinários da Prefeitura para serviços próprios; e que o Prefeito neste caso deveria ter pedido autorização para a Câmara; então disse o Senhor Prefeito:

Quando os senhores vereadores desejam que o maquinário vá trabalhar ou fazer um serviço a tal lugar os senhores não tem falar comigo, então uma noite me deitei e disse: Senhor Cabrera, posso mandar os maquinários da Prefeitura fazer a erradicação e mecanização dos meus cafezais? Sim, pode, então foi exatamente o que fiz.

Prosseguindo o Senhor Prefeito disse dos Vereadores que deveriam ter consciência; pois ele sabia que tinha errado, e que seria testemunha contra si próprio do erro cometido, porque já havia feito para muita gente, inclusive para vereadores. Disse então o Vereador José Aparecido Cardoso, que o Senhor Prefeito tem lei da Câmara autorizando o maquinário da Prefeitura em fazer serviços a terceiros cobrando na despesas, é claro, mas que para fazer serviços ao Prefeito não tem lei, sendo que neste momento um assistente se manifestou sendo logo em seguida barrado pelo Senhor Presidente. V

Continuando a discussão o Vereador José Aparecido Cardoso, retratou um assunto sobre as pinturas das escolas, sendo que o pintor responsável pelo serviço havia recebido pela execução do mesmo 12.000,00, sendo que assinou contrato na Prefeitura no valor de 20.000,00 sendo que aí havia uma fraude de 8.000,00 E assim por diante.

Ora, aí está um ato que é a negação da legitimidade para

o exercício do cargo político. E não há condição de relevá-lo sem que se cumpra com ele. Por isso, com tristeza, por sabê-lo acolhemos aqui a denúncia que lhes assegure os meios de restabelecer a moralidade administrativa naquele município.

(Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Wilson Fortes, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. WILSON FORTES - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): É das mais difíceis a tarefa de avaliar as realizações e um governo. Esta, entretanto, é uma das funções do representante do povo para que possa cumprir a missão de fiscalizar, aprovar ou elogiar.

Esta Casa ao longo dos meses buscou cumprir esta missão quer sugerindo, quer criticando, quer elogiando, quer elogiando as medidas do Governo Canet. No instante em que se finda uma Sessão Legislativa, após oito meses de governo creio que é momento, propício para que este Poder, que colaborou na administração, e a sua opinião, faça uma espécie de balanço.

Não pretendo fazer uma análise pormenorizada de todos os setores, vou me ater a dois aspectos que julgo sumamente importantes; a implantação da reforma administrativa do Executivo e a Secretaria da Educação e Cultura.

#### REFORMA ADMINISTRATIVA

Instituída ao apagar das luzes do ano findo, a Reforma Administrativa, foi uma das tarefas mais árduas com que se defrontou o Governador Canet. Viu-se forçado a assumir um ônus e efetivamente reorganizar a administração estadual. As velhas outras. A própria Lei que instituiu a modificação de Secretarias, órgãos, serviços, trouxe transtornos violentos quer para o setor humano, quer para o funcionamento.

A estrita reforma administrativa mereceu no decurso deste ano, muitas críticas e certamente trouxe desgaste ao Governo. Uma coisa, todavia, merece destaque. Especialmente o Governador teve a coragem de enfrentá-la e buscou por todos os meios tornar os novos órgãos aptos a realizar a missão que lhe estava determinada.

Em muitos setores ela foi morosa. Veja-se o exemplo da Secretaria da Agricultura que somente nos fins do mês passado conseguiu apresentar a esta Assembléia a reorganização e desenvolver o seu plano de ação. Menciono esta Secretaria, porque fatores adversos, como as geadas rigorosas e consequente definição da Política Federal, especialmente aquela referente à cafeicultura, tumultuaram a reorganização interna da Pasta.

O Plano do Governo, tão reclamado, criticado e até censurado pela oposição nesta Casa, veio com atraso. Os parlamentares clamavam que o Governador tinha tempo suficiente para enviá-lo à apreciação e debate, pois fora indicado para o cargo com muita antecedência. Talvez haja alguma razão nisto, todavia a implantação da Reforma Administrativa devia merecer prioridade, como de fato aconteceu.

Creio que ainda é cedo para chegarmos a uma conclusão final com relação à Reforma Administrativa. Vejo na crítica que a Oposição fez por ocasião da votação da EMOPAR, um razoável que a Reforma que custou tantos sacrifícios na implantação, não é perfeita. Justifico, todavia, a iniciativa do Governador Canet, que é homem de empresa, não está afeito à tramitação burocrática, queria ver a administração deslanchar. A Lei que teve implantar, apesar de modernizar em muito a circulação dos processos, torna a execução de obras muito morosa. O seu lema de que temos que queimar etapas para não chegar tarde, motivaram a iniciativa de introduzir na Reforma Administrativa a primeira grande reformulação.

Desejo, frisar que o Governador Canet Jur ainda que não foi alçado ao posto pelo voto popular, pelo sistema que todos almejamos seja restabelecido, soube desde o primeiro instante dialogar. Desfeito ao emperramento burocrático, avesso à má-

quina administrativa antiga e sem conhecer o alcance da nova que tinha que implantar, teve a ingente tarefa de escolher seus colaboradores. Muitos deles neófitos, talvez não quanto à coisa pública, mas quanto à nova sistemática que exigia energia e trabalho, creio que venceu a primeira etapa. Nesta tarefa merece destaque o tratamento que dispensou à classe política. Procurou valorizá-la. Como prova da afirmação que faço é a presença do Governo na Assembléia. Desceu de sua posição de Governador e veio a esta Casa expor e pedir as medidas para que possa construir uma obra grandiosa para o futuro do Paraná. A presença do Governador nesta Casa, para mim traduz o seu pareço pelo representante do povo.

Além da presença pessoal, os homens diretamente ligados à administração direta e indireta, estiveram debatendo com os Deputados as medidas que caberia tomar nos mais variados setores. Creio que houve por parte do governo uma renovação de mentalidade em relação ao político que passou a ser tratado como representante das comunidades interioranas. Não pretendo adentrar os problemas internos dos partidos e seu relacionamento político com o governo, pois isto é de economia particular de cada agremiação. Não cabe a acusação feita a Secretários de Estado de que não prestam a informação solicitada, pois a nova mentalidade implantada no trato com os políticos, sobrepuja a burocracia de troca de correspondência. Estas são as observações que desejava fazer na avaliação do Governo Canet Jr. Certamente, outros parlamentares procederão a considerações de outros setores da administração. Creio que o devem fazer pois este é um dever do parlamentar e uma das nossas funções nesta Casa Legislativa.

#### SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Escolhi a pasta da Educação e Cultura para me deter mais demoradamente. Os motivos que me learam a tanto, consubstanciam-se nas dificuldades que encontrou. Primeiramente a reforma geral afetou administrativamente aquele setor mais do que qualquer outro. Efetivamente é a Educação o maior alvo de todas as críticas desde que sou Deputado. A reforma interna da Secretaria, acresce a Reforma do Ensino que está sendo implantada em todo o País. No caso do Paraná, as duas reformas asseberbaram o Secretário com esse elefante branco que é o Estatuto do Magistério.

Por estas razões, escolhi a Secretaria para comentar. Primeiramente apresento ao Secretário e ao Governador, os aplausos pela coragem que tiveram de enviar o Estatuto para esta Casa.

O lado material da Educação já foi objeto de projetos de lei nesta Casa. Um estudo realizado a partir de 1947, até a data da promulgação da nossa Constituição atual, os Deputados voltavam suas atenções para projetos de lei criando escolas. Nas legislaturas passadas, evidenciam este estudo, que 80 por cento das iniciativas de Leis visavam escolas.

Na minha primeira Legislatura apresentei mais de 50 projetos de lei neste sentido e o mesmo fizeram outros parlamentares.

As escolas eram o tema especial e central das campanhas políticas e as críticas aos governos neste campo eram diárias na Assembléia.

Desapareceram as críticas quanto a falta de escolas e se existem elas são poucas, regionais e visam apenas melhorias em prédios.

Li com satisfação o relatório da Secretaria que neste ano construiu através da FUNDEPAR, 1.021 salas de aulas para o primeiro e segundo graus, ampliando nova oportunidade para 81.680 matrículas. Isto, sem mencionar os reparos, o aparelhamento em bancos escolares, em dependências administrativas e outros benefícios. Creio que estas cifras que dizem respeito ao espaço físico para a Educação falam por si e merecem a nossa aprovação e aplauso.

Compreende a necessidade de preservar os monumentos,

de Arte e Históricos existentes, como o Teatro Elizaberrano de Lapa, como os Sambaquis do Litoral ou como os restos de cultura indígena da Redução Jesuítica no oeste do Paraná.

É aqui que aparece o papel do professor como guia dessa transformação.

Ademais urge preparar a mão-de-obra especializada, o que se verifica em nosso Estado de maneira mais drástica em vista das obras que se constrói, como a Refinaria de Araucária, Cidade Industrial, e Itaipu. Daí a urgência do ensino profissional, que constitui uma das grandes tarefas, tanto quanto encontrar o elemento humano para ministrar os ensinamentos quanto para dotar escolas de instrumentos necessários.

Todos somos testemunhas que os maiores problemas que ocuparam a atenção dos parlamentares desta Casa, foram objeto de críticas pela imprensa e em todas as reuniões públicas foi a situação do suplementarista. Uma solução que deveria ser temporária e esporádica, transformou-se em algo duradouro.

É necessário definir sua situação. É indispensável encontrar uma fórmula de atender a administração por um lado, e por outro a reivindicação do professor. Conheço a preocupação do Professor Borsari Netto, quanto a esta Questão. Sua intenção é solucionar o problema. Creio que esta Casa ao instituir a C.I. - Comissão de Inquérito, sobre assuntos da Educação pode contribuir um pouco para auxiliar a Secretaria.

Vejo na Comissão de Inquérito, não uma contestação, mas um instrumento que pode contribuir ao desenvolvimento do Paraná, desde que os propósitos e eu creio que são bem intencionados - não visem apenas ver os pontos negativos, mas abranger a totalidade dos problemas.

Vejo que não é fácil a tarefa do Secretário Borsari Netto, mas conheço sua capacidade de trabalho, a pureza de suas intenções como esta Casa conhece, especialmente aqueles que com ele conviveram, por isso confio na sua administração.

Ao fazer esses comentários, relativos à parcela da Administração Canet Jr, procurei analisar, embora superficialmente, dois setores de sua Administração. Tomei os mais cruciantes e concluo que nesses ele tem conseguido sair-se bem. Espero que no futuro com a visão que tem, com o amor ao Paraná, a obra administrativa irá afirmar-se ainda mais.

Ao final de nosso período legislativo, queremos ao encerrar nossas palavras, deixar o nosso abraço sincero a todos os Srs. Deputados pelo aonvivo amigo, pela honra especial que tivemos, em fazer amizades,

Temos certeza que no próximo ano haverá mais progresso e mais desenvolvimento e que o Governador no final do seu mandato, irá legar ao Paraná e ao povo paranaense, uma grande obra administrativa. Muito obrigado.

(Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — (Pela Ordem).— Sr. Presidente, peço a fineza de V. Exa. autorizar o Sr. 1º D Secretário que proceda a chamada nominal, porquanto não há quorum no plenário.

O SR. PRESIDENTE — Será feita a chamada nominal dos Srs. Deputados, solicitada pelo Sr. Deputado Domicio Scaramella.

(É feita a chamada nominal pelo Sr. 1º Secretário).—

Responderam a chamada nominal 28 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão e consequente votação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 164/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 167/75, que aprova Convênio celebrado entre o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN e o município de Mal. Candido Rondon, objetivando dar cumprimento a dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área do referido município. Parecer afavorável da CC. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 173/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 158/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Cascavel, objetivando dar cumprimento a dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área daquele município. Parecer favorável da CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 134/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 168/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a Prefeitura Municipal de Paranavai, objetivando construção do aeroporto do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, artigo, por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 135/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 182/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Mal Cândido Rondon, objetivando execução de reparos no prédio do Ginásio Estadual daquele município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do projeto de Resolução 136/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 191/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Kaloré, objetivando reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Abrehan Lincoln, daquele município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, artigo, por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 137/75 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 208/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Congonhinhas, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual da sede daquele Município. Parecer favorável da CCJ. APROVADO, artigo, por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 138/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição 210/74, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior com o município de Kaloré, objetivando construção do prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, daquela comuna. Parecer favorável da C.C.J. APROVADO, artigo, por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 139/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 213/75 que aprova Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Apucarana, objetivando execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 140/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 217/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Florai, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia

Pública. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 177/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem 145/75, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre a remuneração dos dirigentes de autarquias e dos cargos de Diretor do Departamento de Trânsito e de Diretor da Polícia Civil do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ e CF. — APROVADO, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 141/75 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição 224/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Paraná e do Rio Grande do Norte, objetivando intercâmbio e Cooperação Técnica entre seus Sistemas de Planejamento, Orçamento e Modernização Administrativa. Parecer favorável da CCJ.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução Nº 141/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Artigo Primeiro - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 04 de setembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná e o Estado do Rio Grande do Norte, objetivando o intercâmbio e a Cooperação Técnica entre seus sistemas de Planejamento, Orçamento e Modernização Administrativa.

Artigo Segundo - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1975.

a) WALDENICIO BARBALHO

a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 224/75

A presente Proposição 224/75, oriunda da Mensagem Governamental 77/75, encaminha para os fins e constitucionais, cópia do Convênio celebrado em 04 de setembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, objetivando o intercâmbio e a Cooperação Técnica entre seus sistemas de Planejamento, Orçamento e Modernização Administrativa.

Segundo preceitua a Constituição Estadual, é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de Convênios ad referendum, deste Poder Legislativo.

Analisando-se os termos do Convênio celebrado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado, motivo pelo qual opinamos favoravelmente à Proposição em tela, manifestando-nos pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente

a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Relator

Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela Ordem). Sr. Presidente nesse Projeto de Resolução 141/75, não consigo encontrar aqui o texto deste Projeto, ou a objetividade deste Projeto.

Eu indagaria da Mesa, se há condições de deixarmos para amanhã?

O SR. PRESIDENTE — O que V. Exa. deseja?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu pediria a V. Exa. que informasse o plenário, de que espécie é este convênio, se há alguma norma técnica, ou um planejamento técnico sobre os aspectos de que fala o projeto. Se existe este convênio, porque, não consta da Ordem do Dia...

Me parece que isto viria de encontro às prerrogativas ou do sistema do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — No avulso não é publicado o convênio

e sim a Resolução. Nestas condições o projeto fica à disposição dos Srs. Deputados, para consulta. No caso especial, cou pedir ao Sr. 1º Secretário que faça a leitura do convênio.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Obrigado.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lê o Convênio)

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Quero agradecer à Mesa a gentileza de me ter dado oportunidade de conhecê-lo se houve alguma forma de pagamento em moeda ou em serviço.

O SR. PRESIDENTE — Aprovado o Projeto de Resolução 141/75

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 142/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição 229/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Mariluz, objetivando a construção de quadra de esportes no terreno do Ginásio Estadual D. Bosco, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. APROVADO.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução Nº 142/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 17 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Mariluz, objetivando a construção de quadra de esportes no terreno do Ginásio Estadual D. Bosco, da sede do referido município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente

a) IVAN RÜPPEL — Relator.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de nº 229/75

I— A presente Proposição oriunda da Mensagem Governamental 72/75, visa submeter à apreciação desta Assembléia Legislativa, em obediência a dispositivos constitucionais, o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura de Mariluz, objetivando a construção de quadra de esporte no terreno do Ginásio Estadual D. Bosco, da sede do referido município.

II— Firmar Convênio conforme dispõe o artigo 47, inciso IX, da Constituição Estadual, é da competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, ad referendum da Assembléia Legislativa.

III— Em assim sendo, somos de parecer que nada pode obstar a livre tramitação da Proposição nesta Casa de Leis, e nosso relatório é pela sua aprovação, obedecido os termos do Projeto de Resolução em anexo.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente

IVAN RÜPPEL — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 143/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 236/75, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Mirandor, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar e a Unidade Sanitária, do referido Município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

### Comissão de Constituição e Justiça

Projeto de Resolução nº 143/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

**ARTIGO PRIMEIRO** — Fica aprovado o Convênio celebrado em 12 de agosto de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Administração, com o Município de Mirador, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar e a Unidade Sanitária, da sede do referido Município.

**ARTIGO SEGUNDO** — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

- a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente
- a) IVAN RÜPPEL — Relator.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição n.º 236/75

I — Em obediência a dispositivos constitucionais o Senhor Governador está enviando a esta Assembléia Legislativa cópia autêntica do Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Mirador, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar e a Unidade Sanitária, da sede do referido Município.

A celebração de Convênios encontra amparo legal no que dispõe o artigo 47, inciso IX, da Constituição do Estado, que diz ser da inteira competência do Senhor Governador firmar Convênios com a União, com os Estados e com os Municípios, e também por força de dispositivos constitucionais, cabe a Assembléia Legislativa referendá-los.

III — Em assim sendo, oferecemos nosso parecer pela aprovação da Proposição em estudo, obedecido os termos do Projeto de Resolução em anexo.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

- a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente
- a) IVAN RÜPPEL — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 144/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 241/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Icaraima, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução n.º 144/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### RESOLVE:

**ARTIGO PRIMEIRO** — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 13 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Icaraima, objetivando-se a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Esolada Francisco Xavier da Silva, Casa Escolar Alypio Ayres da Carvalho, Grupo Escolar Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa, Escola Isolada José

Alencar, Casa Escolar São José, Escola Isolada Julio da Costa e Casa Escolar Duque de Caxias, da sede daquele município.

**ARTIGO SEGUNDO** — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

- a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente
- EZEQUIAS LOSSO — Relator.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição n.º 241/75

Através da Mensagem 79/75, o Senhor Governador do

Estado, encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, o Termo de Convênio celebrado em 13 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Icaraima, visando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Isolada Francisco Xavier da Silva, Casa Escolar Alypio Ayres de Carvalho, Grupo Escolar Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa, Escola Isolada José Alencar, Casa Escolar São José, Escola Isolada Kulio da Costa e Casa Escolar Duque de Caxias, da sede daquele município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de Convênios, ad referendum, deste Poder Legislativo.

Analisando-se os termos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do Município citado.

Isto exposto, nos manifestamos favorável a Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975

- a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente
- a) EZEQUIAS LOSSO — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 145/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 242/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Joaquim Távora, objetivando reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Miguel Dias, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução n.º: 145/75.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### RESOLVE:

**ARTIGO PRIMEIRO** — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 28 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Joaquim Távora, objetivando-se a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Miguel Dias, da sede do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

- a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente
- a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Relator.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição n.º 242/75

Através da Mensagem 79/75, o Senhor Governador do Estado, encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, o Termo de Convênio celebrado em 28 de agosto de 1973, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Joaquim Távora, visando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Miguel Dias, da sede do referido Município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de convênios, ad referendum, deste Poder Legislativo.

Analisando-se os Termos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do Município citado.

Isto exposto, nos manifestamos favorável a Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975

- a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente
- a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 146/75, de autoria



da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 244/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Dois Vizinhos, objetivando execução de reparos em prédios de estabelecimentos de ensino daquele município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### Projeto de Resolução n.º 146/75

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 21 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Dois Vizinhos, objetivando-se a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Mal. Cândido Rondon, o Grupo Escolar Clovis Cunha Viana e Grupo Escolar Presidente da Cidade Sul, da sede daquele município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975

a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente

a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Relator.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### Parecer à Proposição n.º 244/75

Através da Mensagem 79/75, o Senhor Governador do Estado, encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, o Termo de Convênio celebrado em 21 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Dois Vizinhos, visando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Mal. Cândido Rondon, o Grupo Escolar Clovis Cunha Viana e Grupo Escolar Presidente da Cidade Sul, da sede daquele Município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado e do Município do Estado.

Isto exposto, nos manifestamos favorável a Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente

a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 147/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 245/75, que aprova Convênio Celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Ampére, objetivando reparos em prédios que especifica. — PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APROVADO.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### Projeto de Resolução n.º 147/75

#### A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Convênio celebrado em 20 de agosto de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração, e o município de Ampére, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Cândido Manoel Martins de Oliveria, a Escola Nossa Senhora Aparecida, a Escola Padre Antonio Vieira, o Grupo Escolar São João Batista de La Salle e a Escola Santo Antonio, da sede do município do mesmo nome.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975

a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente

a) IVAN RÜPPEL — Relator.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### Parecer à PROPOSIÇÃO Nº 245/75

1 - Em obediência a dispositivos constitucionais, o Senhor

Governador está enviando a esta Assembléia Legislativa, cópia autêntica do Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Ampére, visando a execução de reparos em próprios estaduais.

II - Celebrar Convênio é da exclusiva competência do Senhor Governador, conforme o item IXm do artigo 47, da Constituição Estadual.

III — Em assim sendo, opinamos de modo favorável ao Plano de Lei em exame, obedecido os termos do Projeto de Resolução em anexo.

É o Parecer. S.M.J.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975

a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente

IVAN RÜPPEL — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 148/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 247/75m que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Santo Antonio da Platina, objetivando reparos em prédios onde funcionam o Grupo Escolar de Monte Real e o Grupo Escolar Dona Moralina Eleutério, na sede daquele município. — PARECER FAVORÁVEL DA CCJ — APROVADO.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### Projeto de Resolução n.º 148/75

#### R E S O L V E:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 21 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Santo Antonio da Platina, objetivando-se a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar de Monte Real e o Grupo Escolar Dona Moralina Eleutério, da sede daquele município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente

a) EZEQUIAS LOSSO — Relator.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### Parecer à PROPOSIÇÃO Nº 247/75

Através da Mensagem 79/75, o Senhor Governador do Estado, encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, o Termo de Convênio celebrado em 21 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Santo Antonio da Platina, visando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar de Monte Real e o Grupo Escolar Dona Moralina Eleutério, da sede daquele município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de convênios, ad referendum, deste Poder Legislativo.

Analisando-se os termos do convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do Município citado.

Isto exposto, nos manifestamos favorável a Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução em anexo.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975

a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente

a) EZEQUIAS LOSSO — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 149/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 249/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Ibaiti, objetivando reparos em prédios que especifica.

PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. — APROVADO.

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Projeto de Resolução nº 149/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 02 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Ibaiti, objetivando-se a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar José Gonçalves Dias, o Grupo Escolar Monteiro Lobato, o Ginásio Estadual Antonio Martins de Melo, o Grupo Escolar Napoleão da Silva Reis, e o Grupo Escolar Caetano Munhoz da Rocha, da sede daquele Município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente  
e Relator.

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Parecer à Proposição nº 249/75

Através da Mensagem 79/75, do Senhor Governador do Estado, encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, o Termo de Convênio celebrado em 02 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Ibaiti, visando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar José Gonçalves Dias, o Grupo Escolar Monteiro Lobato, o Ginásio Estadual Antonio Martins de Melo, o Grupo Escolar Napoleão da Silva Reis, e o Grupo Escolar Caetano Munhoz da Rocha, da sede daquele município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de convênios, ad referendum, deste Poder Legislativo.

Analisando-se os Termos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do Município citado.

Isto exposto, nos manifestamos favorável a Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente  
a) WALDENICIO BARBALHO — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 150/75 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 251/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Curiuva, objetivando execução de reparos em prédios que especifica. — APROVADO FAVORÁVEL DA CCJ. APROVADO.

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Projeto de Resolução número 150/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R e s o l v e:**

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 03 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Curiuva, objetivando-se a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Professor Gabriel Rosas, da sede daquele município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente e Relator.

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Parecer à Proposição nº 251/75

Através da Mensagem 79/75, o Senhor Governador do Estado, encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, o Termo de Convênio celebrado em 03 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Curiuva, visando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Professor Gabriel Rosas, da sede daquele município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de convênios, ad referendum, deste Poder Legislativo.

Analisando-se os Termos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do Município citado.

Isto exposto, nos manifestamos favorável a Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975

a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente e Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 151/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 252/74, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, objetivando reparos no prédio onde funciona a Escola Estadual de 1º Grau Bartolomeu Mitre, daquela comuna. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APROVADO.

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Projeto de Resolução nº 151/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 14 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Foz do Iguaçu, objetivando-se a execução de reparos no prédio onde funciona a Escola Estadual de 1º Grau Bartolomeu Mitre, da sede daquele município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975

a) WALDENICIO BARBALHO  
Presidente e Relator.

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Parecer à Proposição nº 252/75

Através da Mensagem 79/75, o Senhor Governador do Estado, encaminha, a esta Casa, para os fins constitucionais, o Termo de Convênio celebrado em 14 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Foz do Iguaçu, visando a execução de reparos no prédio onde funciona a Escola Estadual de 1º Grau Bartolomeu Mitre, da sede daquele Município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de convênios, ad referendum, deste Poder Legislativo.

Analisando-se os Termos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do Município citado

Isto exposto, nos manifestamos favorável a Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

a) WALDENICIO BARBALHO —  
Presidente e Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 152/75, de autoria



da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 256/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Administração e o município de São Jerônimo da Serra, objetivando execução de reparos em prédios localizados na sede daquele município, conforme especifica.— PARECER FAVRÁVEL DA CCJ. APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 152/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 02 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de São Jerônimo da Serra, objetivando-se a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar José Ferreira de Mello, o Posto Mixto de Higiene e Saúde, a Delegacia Regional de Polícia, o Posto de Puericultura e o Colégio Comercial, da sede daquele município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975

a) WALDENICIO BARBALHO

Presidente e Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 256/75

Através da Mensagem 79/75, o Senhor Governador do Estado, encaminha a esta Casa, o Termo de Convênio celebrado em 02 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de São Jerônimo da Serra, visando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar José Ferreira de Mello, o Posto Mixto de Higiene e Saúde, e Delegacia Regional de Polícia, o Posto de Puericultura e o Colégio Comercial, da sede daquele município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de convênios, ad referendum, deste Poder Legislativo.

Analisando-se os Termos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do Município citado.

Isto exposto, nos manifestamos favorável a Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975

a) WALDENICIO BARBALHO

Presidente e Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 155/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 257/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Salto Lontra, objetivando reparos nos prédios onde funciona o Grupo Escolar José de Alencar, da sede daquele município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.— APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 153/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 26 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Salto do Lontra, objetivando-se a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar José de Alencar, da sede daquele município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1975.

a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente

a) EZEQUIAS LOSSO — Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição Número 257/75

Através da Mensagem 79/75, o Senhor Governador do Estado, encaminha a esta Casa, para o fins constitucionais, o Termo de Convênio celebrado em 26 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Salto do Lontra, visando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar José de Alencar da sede daquele município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de convênios, ad referendum, deste Poder Legislativo.

Analisando-se os Termos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do município citado.

Isto exposto, nos manifestamos favorável a Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 165/75 de autoria, do Poder Executivo, mensagem 109/75, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre a Taxa de Segurança Pública, instituída pela Lei 5482 de 20-01-67. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, E CF. COM EMENDA.—

#### PROJETO DE LEI Nº 165/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - A Taxa de Segurança Pública, instituída pela Lei 5482, de 20 de janeiro de 1967 e modificada pela Lei 6638, de 29 de novembro de 1974, destina-se ao atendimento das despesas resultantes dos serviços prestados pelo Estado do Paraná, a que se referem os itens, incisos e alíneas constantes das tabelas anexas, que fazem parte integrante desta Lei.

Art. 2º Para os efeitos desta lei são considerados contribuintes as pessoas naturais ou jurídicas, que se utilizarem dos serviços referidos no artigo anterior.

Art. 3º - A Taxa de Segurança Pública será recolhida através do estabelecimento bancário oficial do Estado do Paraná e, onde não houver agências deste, nas agências arrecadoras competentes, na conformidade dos valores estipulados nas tabelas integrantes desta lei.

Parágrafo Único. O recolhimento da Taxa de Segurança Pública obedecerá aos procedimentos usuais adotados para os demais tributos estaduais.

Art. 4º - Os valores constantes dos itens, incisos e alíneas serão anualmente reajustados, de acordo com os índices de reajustamento fixados pelo Governo Federal.

§ 1º - Estabelecido o coeficiente de reajustamento, a Secretaria de Estado da Segurança Pública baixará resoluções fixando os valores respectivos, desprezadas as frações de cruzado.

§. 2º - Os valores reajustados serão cobrados sempre no exercício seguinte

Art. 5º - Os valores estabelecidos nas tabelas anexas serão cobrados a partir do próximo exercício.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 06 de novembro de 1975

a) Poder Executivo.

**TABELA A**

**DOS ATOS RELATIVOS À FISCALIZAÇÃO POLICIAL EM GERAL**

**1 - Alvará mensal para:**

- a) Alto-falantes fixos ou móveis para propaganda em geral - Cr\$ 46,00
- b) Alto-falantes fixos ou móveis para diversões Cr\$ 55,00
- c) Bailes públicos

**I - bailes públicos ou populares com cobrança de ingresso, mesa ou convite:**

- em cidade de até 50.000 hab. - Cr\$ 55,00
- em cidades com mais de 50.000 hab. - Cr\$ 79,00

**II - Nos distritos administrativos ou judiciários e fora do quadro urbano dos municípios do interior, por baile - Cr\$ 32,00**

**d) Buate, music-hall, Grill-Room, Drive-In, Uiscaria, Dancings ou Cabarés, Taxi-girl, bar musical noturno, restaurante e similares:**

**I - com bailarinas de sala e show, alvará mensal de Cr\$ 265,00.**

**II - com bailarinas de sala, sem show - alvará mensal de Cr\$ 195,00**

**III - Com show, sem bailarinas de sala - alvará mensal de Cr\$ 158,00**

**IV - Sem bailarinas de sala e show - alvará mensal de Cr\$ 130,00**

**e) cinemas ou exhibições:**

**I - com exibição em qualquer bitola - alvará mensal ... em cidades de até 50.000 habitantes - Cr\$ 18,00**

**II - com exibição em bitola de 35 mm - alvará mensal ... em cidades com mais de 50.000 habitantes - Cr\$ 32,00**

**III - até 3 sessões semanais - Cr\$ 55,00**

**IV - Até 4 sessões por dia - Cr\$ 130,00**

**V - com lotação até 1.000 lugares - Cr\$ 130,00**

**- com lotação superior a 1.000 lugares - Cr\$ 158,00**

**VI - com mais de 4 sessões por dia - alvará mensal de Cr\$ 200,00.**

NOTA: Os cinemas com exibição de bitola de 7 mm terão um aumento de 20 por cento e os cinemas com bitola de 16 mm, um abatimento de 50 por cento.

**VII - cinemas ambulantes (drive-in) ou similares - Cr\$ 79,00.**

**f) circos, concertos, recitais e outros espetáculos teatrais com cobrança de entrada:**

**I - De 1 a 5 dias de espetáculos - alvará - Cr\$ 65,00**

**II - De 6 a 10 dias de espetáculos - alvará - Cr\$ 97,00**

**III - De 11 a 15 dias de espetáculos - alvará - Cr\$ 130,00**

**IV - De mais de 15 dias de espetáculos - Alvará - Cr\$ 200,00.**

NOTA: A critério da autoridade policial respectiva poderão ser, acrescidas ou reduzidas em até 20 por cento de seu valor, tendo em vista a maior ou menor proporção dos espetáculos.

**g) outras diversões públicas:**

**I - Bilhares e snooker em geral - alvará mensal por unidade de Cr\$ 65,00**

**II - Jogos de habilidade através de máquina ou aparelho elétrico, mecânico ou manual, bilhareto ou bilhar americano, e mesa de futebol, explorado por pessoa física ou jurídica, por aparelho ou unidade - alvará mensal - Cr\$ 65,00**

**III - Jogos de bocha, bolão, boliche e congêneres, que não sejam instalados em sociedades recreativas, registradas na Delegacia de Polícia e com cobrança de partidas por unidade - Cr\$ 37,00**

**IV - Execução musical, fenomecânica e sem locutor, por eletrola, gravador, alto-falante ou similares, em casa de**

comércio e que não seja efetivada em cabine indevassável - alvará mensal - Cr\$ 46,00

**V - Luta livre, box ou similares com entradas pagas - alvará por espetáculo - Cr\$ 93,00**

**VI - Orquestra, conjunto musical, música mecânica ou eletrofônica, com ou sem inserção de moeda em bar, confeitaria, leiteria, sorveteria, sorveteria e lancheria ou em outros estabelecimentos congêneres - alvará mensal - Cr\$ 37,00.**

**VII - Estabelecimentos de crédito, ou financiamento - alvará mensal por estabelecimento ou agências:**

a) na Capital - Cr\$ 65,00

b) nos municípios do interior de população superior a 50.000 habitantes - Cr\$ 37,00

c) nos demais municípios do interior - Cr\$ 27,00

**VIII - Estabelecimentos industriais e/ou comerciais com serviço de vigilância próprio ou contratado - Alvará anual - Cr\$ 130,00**

**IX - Agências de Informações - alvará anual - Cr\$ 79,00**

**X - Certificado de cumprimento do Decreto 4.316/73 - Cr\$ 270,00.**

**XI - Certidões:**

a) de autos de inquéritos penais ou contravencionais por folhas - Cr\$ 6,00

b) diversas de atos praticados por Delegacias de Polícia não compreendidos nas tabelas desta Lei - Cr\$ 18,00

c) negativas expedidas pela Delegacia de Furtos de Automóveis - Cr\$ 27,00

**XII - Parque ou Stand de Diversões:**

1) Por aparelho ou local de atração - alvará mensal - Cr\$ 32,00

2) com tiro alvo, por arma - alvará mensal - Cr\$ 13,00

**XIII - Parque de patinação e piscina pública - em recinto aberto ou fechado - alvará mensal - Cr\$ 130,00**

**XIV - Gelorama ou similares - alvará por dia - Cr\$ 200,00**

**XV - Jogos carteados lícitos, permitidos em sociedades, legitimamente constituída - alvará mensal por mesa - Cr\$ 130,00**

**XVI - Demais diversões públicas não especificadas - alvará mensal - Cr\$ 107,00**

**XVII - Rádio Emissora e Televisão - alvará mensal de Cr\$ 79,00**

**2 - Registro de:**

a) associações recreativas, clubes, sociedades, privadas, etc. (anual) - Cr\$ 130,00

b) entidades, organizações, empresas e estabelecimentos a que se refere o item IV desta tabela (anual) - Cr\$ 200,00

c) salões de bailes denominados públicos ou populares, ou de empresa, organização ou entidade que promova ou explore tais bailes - anual - Cr\$ 130,00

d) Pessoas que operam em diversões públicas, inclusive para o fornecimento de carteiras:

I - bailarinas de sala - Cr\$ 13,00

II - artistas e auxiliares teatrais etc - Cr\$ 37,00

III - Empresários e proprietários - Cr\$ 65,00

3 - Vistorias diversas - Cr\$ 107,00

NOTA: São competentes para efetuar a lavratura da autuação, na capital, a Delegacia de Jogos e Diversões e no Interior, as Delegacias de Polícia respectivas.

**TABELA "B"**

**DOS ATOS RELATIVOS À ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

**4 - Alvarás:**

a) de fiscalização de oficinas de qualquer espécie que comerciem, reformem armas em geral - alvará anual Cr\$ 65,00

b) de fiscalização para o fabrico, importação, exportação

e comércio de armas, munições, inflamáveis e produtos químicos, abrasivos e corrosivos:

- I – fabricante - alvará mensal – Cr\$ 65,00
- II – representante, importador e exportador - anual – Cr\$ 65,00
- III – Comerciante - alvará mensal – Cr\$ 41,00
- c) fiscalização para depósito de explosivos ou inflamáveis – alvará anual – Cr\$ 65,00
- d) de habilitação, para exercer a profissão de encarregado jogos ou técnico - alvará anual – Cr\$ 6,00
- e) de licença para o transporte de mostruário de armas e munições – Alvará anual – Cr\$ 65,00
- f) de licença para o comércio de fogos de artifício –
  - I – firmas atacadistas - alvará anual – Cr\$ 130,00
  - II – firmas varejistas - alvará anual – Cr\$ 79,00
- g) de licença para o transporte de inflamáveis ou explosivos – alvará anual:
  - 1) autônomo - por unidade transportadora – Cr\$ 37,00
  - 2) empresas - por unidades transportadoras – Cr\$ 51,00
- h) de vistoria em fábrica ou depósito de explosivos ou inflamáveis - alvará anual – Cr\$ 41,00
- i) de licença para uso ou emprego de explosivos ou inflamáveis - Alvará mensal – Cr\$ 27,00

#### 5 – REGISTROS ANUAIS

- a) arma de defesa pessoal – Cr\$ 41,00
- b) arma de tiro ao alvo ou caça – Cr\$ 65,00
- c) de museus ou colecionados de armas:
  - I – até dez armas – Cr\$ 41,00
  - II – a mais de dez armas – Cr\$ 65,00
- d) de hotéis, motéis, pensões e similares:
  - I – até dez quartos – Cr\$ 41,00
  - II – de onze a vinte quartos – Cr\$ 51,00
  - III – de vinte e um a cinquenta quartos – Cr\$ 107,00
  - IV – de mais de cinquenta quartos – Cr\$ 195,00
- e) transferências de registros em geral – Cr\$ 41,00

#### 6 – ATESTADOS:

- a) de idoneidade política e social:
  - I – para fins particulares – Cr\$ 13,00
  - II – para fins de obtenção de emprego – Cr\$ 6,00
- b) de idoneidade para o comércio de armas, munições e explosivos – Cr\$ 27,00

#### 7 – LICENÇA:

- a) para o porte de arma de defesa pessoal:
  - I – para motoristas profissionais por ano – Cr\$ 37,00
  - II – particulares em geral – Cr\$ 130,00
- b) para trânsito de armas de caça, licença anual – Cr\$ 13,00
- c) para trânsito de armas de tiro ao alvo, licença anual – Cr\$ 27,00
- d) para compra de armas e munição – Cr\$ 13,00

#### 8 – VISTOS

- a) de saída do território nacional em passaportes de nacionais – Cr\$ 27,00

#### 9 – CERTIDÕES:

- a) de vistorias em fábricas de explosivos ou inflamáveis – Cr\$ 41,00
- b) outras não especificadas – Cr\$ 27,00

#### TABELA “C”

##### DOS ATOS RELATIVOS À FISCALIZAÇÃO DE ALIENÍGENAS

#### 10 – ATOS DIVERSOS:

- I – inscrições de Cédula de Identidade de outras unidades federativas – Cr\$ 27,00
- II – cancelamento de visto de saída – Cr\$ 27,00
- III – registros não especificados – Cr\$ 27,00
- IV – Registro de temporário (turistas) – Cr\$ 46,00

#### TABELA “D”

##### DOS ATOS RELATIVOS AO SERVIÇO DE INVESTIGAÇÃO E DE IDENTIFICAÇÃO

#### 11 – ATESTADOS:

- I – de antecedentes criminais para obtenção de visto de saída – Cr\$ 23,00
- II – De antecedentes criminais para outros fins – Cr\$ 13,00

#### 12 – CÉDULAS:

- I – de identidade – Cr\$ 32,00
- II – de Estrangeiro – Cr\$ 46,00
- III – Segunda via de Cédula de Identidade – Cr\$ 65,00
- IV – Segunda via de Cédula de Estrangeiros – Cr\$ 65,00
- V – Retificação de nome – Cr\$ 65,00

#### 13 – PASSAPORTES:

- I – Expedição de passaporte individual – Cr\$ 130,00
- II – Expedição de passaporte família – Cr\$ 237,00
- III – Revalidação de passaportes – Cr\$ 65,00
- IV – Inclusão de países em passaportes – por país – Cr\$ 13,00
- V – Inclusão de filhos em passaportes – por filho – Cr\$ 13,00

NOTA: Na expedição ou revalidação do passaporte, a taxa será reduzida em 20 por cento para o que comprovar viajar ao exterior exclusivamente com bolsa de estudo regularmente obtida e comprovada no ato da expedição.

#### 14 – VITOS:

- I – de saída do território em passaportes nacionais – Cr\$ 27,00

#### TABELA “E”

##### DOS ATOS RELATIVOS AO INSTITUTO DE POLÍCIA TÉCNICA

#### 15 – EXAMES EXTERNOS:

- I – Acidentes de trânsito na Capital – Cr\$ 130,00
- II – acidentes de trânsito fora da Capital – Cr\$ 265,00

#### 16 – VISTORIAS:

- I – Constatação de danos e vistoria de outra natureza, na Capital – Cr\$ 107,00
- II – Constatação de danos e vistoria de outra natureza, fora da Capital – Cr\$ 200,00
- III – Levantamento em questões possessórias, na Capital – Cr\$ 265,00
- IV – Levantamento em questões possessórias, fora da Capital – Cr\$ 330,00

NOTA: Os valores dos exames externos e vistorias poderão ser reduzidas a critério do Diretor do Instituto, até o limite de Cr\$ 80,00 (oitenta cruzeiros) em função do tempo de serviço dispensado a menor complexidade do trabalho

#### 17 – EXAMES DIVERSOS E PARECERES:

- I – Exames de documentos e contábeis, exames de laboratório em geral, de jogos e outros especiais, inclusive pareceres diversos – Cr\$ 330,00

NOTA: Os exames e pareceres, bem como os serviços especiais que, pela natureza e complexidade, devem ultrapassar o limite estabelecido neste item, serão objeto de orçamento prévio a ser apresentado à parte interessada.

#### 18 – FOTOGRAFIAS:

- I – fotografias legandas e autenticadas até o tamanho 18x24 (primeira via) – Cr\$ 13,00
- II – demais vias, por unidade Cr\$ 6,00
- III – ampliações fotográficas até o tamanho 30x40 (primeira via) – Cr\$ 65,00
- IV – Demais vias por unidade – Cr\$ 51,00

NOTA: Ampliações que ultrapassarem o tamanho 30x40, serão

objeto de orçamento prévio, a ser apresentado à parte interessada.

V - cópias fotostáticas de documentos para cada folha ou exemplar - Cr\$ 6,00

VI - Cópias heliográficas, por unidade:

a) medindo até 33x22 - Cr\$ 13,00

b) ultrapassando essa medida - Cr\$ 18,00

19 - CÓPIAS:

I - de laudos, exceto as fotografias e diagramas, por via - Cr\$ 18,00

NOTA: Cópias de laudos não serão fornecidas sem as respectivas ilustrações quando houver.

#### TABELA "F"

#### DOS ATOS RELATIVOS AO INSTITUTO MÉDICO LEGAL

20 - CERTIDÕES:

I - de laudo de necrópsia - Cr\$ 13,00

II - de laudo de exumação e necrópsia - Cr\$ 65,00

III - de laudo de lesões corporais para fins particulares - Cr\$ 13,00

IV - de laudos para processos de acidentes de trabalho - Cr\$ 13,00

V - de exames toxicológicos - Cr\$ 13,00

VI - de exames anatomo-patológicos - Cr\$ 13,00

VII - de exame sexológicos - Cr\$ 13,00

VIII - de exame de verificação de idade - Cr\$ 13,00

IX - de exame de insanidade mental - Cr\$ 13,00

X - De exames de outra natureza - Cr\$ 13,00

21 - Taxa de embalsamento - Cr\$ 130,00

22 - Exames radiológicos - Cr\$ 130,00

#### TABELA "G"

#### DOS ATOS RELATIVOS AO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

I - HABILITAÇÃO DE CONDUTORES:

1 - aprendizagem e autorização para conduzir veículos - Cr\$ 23,00

2 - provas escritas ou orais sobre leis e regulamentos de trânsito, para amadores e profissionais, e provas escritas ou orais sobre conhecimento técnico do veículo, para profissionais - Cr\$ 9,00

3 - Provas práticas de direção na via pública - Cr\$ 9,00

4 - EXAMES:

a) de sanidade física e mental - Cr\$ 34,00

b) Psicotécnico - Cr\$ 35,00

5 - Carteira Nacional de Habilitação - Cr\$ 23,00

6 - Averbação da Carteira Nacional de Habilitação - Cr\$ 23,00

7 - Segunda via da Carteira Nacional de Habilitação - Cr\$ 23,00

8 - Autorização a condutor habilitado no estrangeiro, por prazo não superior a 6 meses - Cr\$ 46,00

9 - Autorização a motorista amador, diplomata ou credenciado junto representações diplomáticas, até 12 meses - Cr\$ 46,00

II - LICENÇAS DIVERSAS:

10 - às pessoas físicas ou jurídicas, a requerimento, para estacionamentos especiais, por ano - Cr\$ 69,00

11 - Para trânsito de veículo, sem placas, mediante licença especial de pábrisa, até 15 dias, por dia - Cr\$ 4,00

12 - Para trafegar em zonas ou horários não permitidos (anéis de bloqueio) por dia - Cr\$ 69,00

13 - Para uso anual da placa de experiência - Cr\$ 46,00

14 - Para estacionamento em faixas de estacionamento - pontos de estacionamento de veículos de aluguel por ano - Cr\$ 69,00

III - AUTORIZAÇÕES DIVERSAS:

15 - Para substituição, remarcação ou regravação de motor - Cr\$ 23,00

16 - Para remarcação ou regravação de chassi - Cr\$ 23,00

17 - Para remontagem de veículos - Cr\$ 46,00

18 - Para pequenas adaptações no veículo, acessórios não convencionais - Cr\$ 46,00

19 - Para colocação de distícos especiais em veículos, destinados ao transporte de inflamáveis, explosivos e materiais físeis, por ano - Cr\$ 23,00

20 - Para colocação de faixas permitidas pela legislação de trânsito - Cr\$ 46,00

21 - Para guinchamento privados, por guincho anualmente - Cr\$ 69,00

IV - REGISTROS DIVERSOS:

22 - Registro anual de despachante - Cr\$ 466,00

23 - Registro anual de auto-escola - Cr\$ 466,00

24 - Registro de instrutor de auto-escola - Cr\$ 69,00

25 - De oficinas mecânicas que regravem motores e chassi de veículos ou efetuem a substituição de motores, por ano - Cr\$ 69,00

26 - De estabelecimentos que comerciem com veículos irreperáveis ou suas peças básicas (motores e chassi) por ano - Cr\$ 69,00.

V - SERVIÇOS DIVERSOS:

27 - Certidões ou fotocópias de documentos da habilitação e prontuários por folha - Cr\$ 4,00

28 - Expedição para outros Estados registro e arquivamento de prontuários recebidos de outros Estados - Cr\$ 4,00

29 - Pedidos protocolados no DETRAN - Cr\$ 4,00

30 - Levantamento de acidentes, à conta do causador devidamente julgado - Cr\$ 46,00

31 - Substituição do certificado de registro - Cr\$ 46,00

32 - Segunda via do certificado de registro - Cr\$ 46,00

33 - Vistorias domiciliares - Cr\$ 46,00

34 - Substituições de placas - Cr\$ 23,00

35 - Guinchamento - Cr\$ 69,00

36 - Estadia no estacionamento oficial do DETRAN - por dia - Cr\$ 9,00

37 - Apostilas em certificados - Cr\$ 23,00.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 165/75

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado encaminhou a Esta Casa de Leis, capeado pela Mensagem nº 109/75, o Anteprojeto de Lei em exame de que dispõe sobre a Taxa de Segurança Pública, instituída pela Lei nº 5.482, de 20 de janeiro de 1967, e modificada pela Lei nº 6.638, de 29 de novembro de 1974, amoldando-as aos preceitos contidos na Lei Federal nº 6.205, de 29 de abril de 1974 e Decreto Federal nº 7.704, de 08 de maio do mesmo ano.

2. Analisando a proposição à luz das normas legais reguladoras da matéria, verificamos a sua constitucionalidade e juridicidade.

3. Preocupou-nos, todavia, o fato de haver uma respeitável gama de contribuintes de modestos recursos financeiros ou mesmo desprovidos destes que, sem dúvidas, teriam dificuldades para recolher, direta ou indiretamente, a

Taxa de Segurança Pública respectiva.

4. Outrossim, fontes do governo federal tem anunciado um reajuste de, aproximadamente, 24 por cento a certos valores oficiais, embora com relação ao salário fale-se que o mesmo será em torno de 38 por cento sobre as bases atuais. Assim, pretendem as autoridades públicas amenizar a despesa compulsória a que estão sujeitas as pessoas físicas e jurídicas, visando também desta forma estimular as atividades necessárias ao desenvolvimento econômico e bem estar individual e social.

5. O Poder Executivo do Estado, por sua vez, tem se mostrado sensível a esta filosofia, manifestando concordância com a diminuição da carga tributária, desde que, evidentemente, não venha prejudicar os planos vinculados ao interesse geral, como soe ocorrer no caso presente.

6. Isto exposto e considerando ser missão do legislador propor justas medidas que tenham por escopo aperfeiçoar os instrumentos legais, oferecemos à consideração desta ilustrada Comissão de Constituição e Justiça e da Egrégia Assembléia Legislativa a emenda substitutiva junta em que se abate aproximadamente 10 por centos dos valores originais propostos nas respectivas tabelas, adotando-se o critério de equidade nos valores previstos nos incisos I, II e II, da alínea "g" do item 1º, da tabela "A" por julgá-los desproporcionais em relação às demais importâncias fixadas.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente  
a) EZEQUIAS LOSSO – Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA

OS VALORES DAS TABELAS A que refere o Artigo 1º do Projeto de Lei nº 165/75, passam a ser os seguintes:

##### TABELA "A" DOS ATOS RELATIVOS À FISCALIZAÇÃO POLICIAL EM GERAL

###### 1 – ALVARÁ MENSAL PARA:

- a) Alto-falantes fixos ou móveis para propaganda em geral – Cr\$ 41,00
- b) Alto-falantes fixos ou móveis para diversões – Cr\$ 50,00
- c) Bailes:
  - I – Bailes públicos ou populares, com cobrança de ingresso, mesa ou convite:
    - em cidades até 50.000 hab. – Cr\$ 50,00
    - em cidades com mais de 50.000 hab. – Cr\$ 71,00
  - II – Nos distritos administrativos ou judiciários e fora do quadro urbano dos municípios do interior, por baile – Cr\$ 28,00.

d) Buate, Music-hall, Grill-Room, Drive-In, Uiscaria, Dançings, ou Cabarés, Taxi-Girl, bar musical noturno, restaurante dançante e similares:

- I – Com bailarinas de sala e show, alvará mensal de Cr\$ 238,00
- II – Com bailarinas de sala, sem show - alvará mensal – Cr\$ 175,00
- III – Com show, sem bailarinas de sala - alvará mensal de Cr\$ 142,00
- IV – Sem bailarinas de sala e show - alvará mensal de Cr\$ 117,00

###### e) Cinemas ou exhibições:

- I – com exibição em qualquer bitola - alvará mensal ... em cidades de até 50.000 habitantes – Cr\$ 16,00
- II – com exibição em bitola de 35 mm - alvará mensal ... em cidades com mais de 50.000 habitantes – Cr\$ 28,00
- III – Até 3 sessões semanais – Cr\$ 50,00
- IV – Até 4 sessões por dia – Cr\$ 117,00
- V – Com lotação até 1.000 lugares – Cr\$ 117,00
- Com lotação superior a 1.000 lugares – Cr\$ 142,00

NOTA: Os cinemas com exibição de bitola de 70 mm terão um aumento de 20 por cento e os cinemas com bitola de 16 mm, um abatimento de 50 por cento.

VII – Cinemas ambulantes (drive-in) - ou similares – Cr\$ 71,00

f) Circos, concertos, recitais, e outros espetáculos teatrais com cobrança de entrada:

- I – de 1 a 5 dias de espetáculos - alvará – Cr\$ 58,00
- II – de 6 a 10 dias de espetáculos - alvará – Cr\$ 87,00
- III – de 11 a 15 dias de espetáculos - alvará – Cr\$ 117,00
- IV – de mais de 15 dias de espetáculos - alvará – Cr\$ 180,00

NOTA: A critério da autoridade policial respectiva poderão ser, acrescidas ou reduzidas em até 20 por cento de seu valor, tendo em vista a maior ou menor proporção dos espetáculos.

###### g) Outras diversões públicas:

I – Bilhares e snooker em geral; jogos de habilidade, através, de máquina ou aparelho elétrico, mecânico ou manual, bilhareto ou bilhar americano e mesa de futebol, explorado por pessoa física ou jurídica; jogos de bocha, bolão, boliche e congêneres, que não sejam instalados em sociedades recreativas, registradas na Delegacia de Polícia. Alvarás mensais por unidades – Cr\$ 37,00

II – Execução musical, fenomecânica e sem locutor, por eletrola, gravador, alto-falante ou similares, em casa de comércio e que não seja efetivada em cabine indevassável - alvará mensal – Cr\$ 41,00

III – Luta livre, box ou similares com entradas pagas - alvará por espetáculo – Cr\$ 83,00

IV – Orquestra, conjunto musical, música mecânica ou eletrofônica, com ou sem inserção de moeda em bar, confeitaria, leiteria, sorveteria, lancheria ou em outros estabelecimentos congêneres - alvará mensal – Cr\$ 33,00

V – Estabelecimentos de crédito, ou financiamento - alvará mensal por estabelecimento ou agência:

- a) na Capital – Cr\$ 58,00
  - b) nos municípios do interior de população superior a 50.000 habitantes – Cr\$ 33,00
  - c) nos demais municípios do interior – Cr\$ 24,00
- VI – Estabelecimentos industriais e/ou comerciais com serviço de vigilância - próprio ou contratado - alvará anual – Cr\$ 117,00.

VII – Agências de informações - alvará anual – Cr\$ 71,00

VIII – Certificado de cumprimento do Decreto 4.316/73 – Cr\$ 243,00.

###### IX – Certidões:

- a) autos de inquéritos penais ou contravencionais por folhas – Cr\$ 5,00
- b) diversas de atos praticados por Delegacias de Polícia não compreendidos nas tabelas desta Lei – Cr\$ 16,00
- c) negativas expedidas pela Delegacia de Furtos de Automóveis – Cr\$ 24,00

###### X – Parque ou Stand de diversões:

- 1) por aparelho ou local de atração - alvará mensal – Cr\$ 28,00
  - 2) com tiro ao alvo, por arma - alvará mensal - Cr\$ 11,00
- XI – Parque de patinação e piscina pública em recinto aberto ou fechado - alvará mensal – Cr\$ 117,00

XII – Gelorama ou similares - alvará por dia – Cr\$ 180,00

XIII – Jogos carteados lícitos, permitidos em sociedades, legitimamente constituídas - alvará mensal por mesa - Cr\$ 117,00

XIV – Demais diversões públicas não especificadas - alvará mensal – Cr\$ 93,00

XV – Rádio Emissora e Televisão - alvará mensal – Cr\$ 71,00

###### 2 – Registro de:

- a) associações recreativas, clubes, sociedades privadas, etc. (anual) – Cr\$ 117,00
- b) entidades, organizações, empresas e estabelecimentos a que se refere o item II desta tabela (anual) Cr\$ 180,00
- c) salões de bailes denominados "públicos" ou "populares" ou de empresa, organização ou entidade que promova ou explore tais bailes - anual – Cr\$ 117,00.

d) pessoas que operam em diversões públicas, inclusive para o fornecimento de carteiras:

- I - Bailarinas de sala - Cr\$ 11,00
- II - Artistas e auxiliares teatrais etc - Cr\$ 33,00
- III - Empresários e proprietários - Cr\$ 58,00
- 3 - Vistorias diversas - Cr\$ 93,00

NOTA: São competentes para efetuar a lavratura da autuação, na Capital, a Delegacia de Jogos e Diversões e no Interior, as Delegacias de Polícia respectivas:

#### TABELA "B"

#### DOS ATOS RELATIVOS À ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

#### 4 - ALVARÁS:

- a) de fiscalização de oficinas de qualquer espécie que comerciem, reformem armas em geral - alvará anual - Cr\$ 58,00
- b) de fiscalização para o fabrico, importação, exportação e comércio de armas, munições, inflamáveis e produtos químicos, abrasivos e corrosivos:
  - I - fabricantes - alvará mensal - Cr\$ 58,00
  - II - representantes, importador e exportador - anual - Cr\$ 58,00
  - III - comerciante - alvará mensal - Cr\$ 37,00
- c) de fiscalização para depósito de explosivos ou inflamáveis - alvará anual - Cr\$ 58,00
- d) de habilitação, para exercer a profissão de encarregado jogos ou técnico - alvará anual - Cr\$ 5,00
- e) de licença para transporte de mostruário de armas e munições - alvará anual - Cr\$ 58,00
- f) licença para o comércio de fogos e artifícios:
  - I - firmas atacadistas - alvará anual - Cr\$ 117,00
  - II - Firms varejistas - alvará anual - Cr\$ 71,00
- g) de licença para o transporte de inflamáveis ou explosivos - Alvará anual:
  - 1) autônomo - por unidade transportadora - Cr\$ 33,00
  - 2) empresas, por unidade transportadora - Cr\$ 45,00
- h) de vistoria em fábrica ou depósito de explosivos ou inflamáveis - Alvará anual - Cr\$ 37,00
- i) de licença para uso ou emprego de explosivos ou inflamáveis - Alvará mensal - Cr\$ 24,00

#### 5 - REGISTROS ANUAIS

- a) arma de defesa pessoal - Cr\$ 37,00
- b) de arma de tiro ao alvo ou caça - Cr\$ 58,00
- c) de museus ou colecionadores de armas:
  - I - até dez armas - Cr\$ 37,00
  - II - a mais de dez armas - Cr\$ 58,00
- d) de hotéis, motéis, pensões e similares:
  - I - até dez quartos - Cr\$ 37,00
  - II - de onze a vinte quartos - Cr\$ 45,00
  - III - de vinte e um a cinquenta quartos - Cr\$ 93,00
  - IV - de mais de cinquenta quartos - Cr\$ 175,00
- e) transferência de registros em geral - Cr\$ 37,00

#### 6 - ATESTADOS:

- a) de idoneidade política e social:
  - I - para fins particulares - Cr\$ 11,00
  - II - para fins de obtenção de emprego - Cr\$ 5,00
- b) de idoneidade para o comércio de armas, munições e explosivos - Cr\$ 24,00

#### 7 - LICENÇA:

- a) para o porte de arma de defesa pessoal:
  - I - para motoristas profissionais - por ano - Cr\$ 34,00
  - II - Particulares em geral - Cr\$ 117,00
- b) para trânsito de armas de caça, licença anual - Cr\$ 11,00
- c) para trânsito de armas de tiro ao alvo, licença anual - Cr\$ 24,00
- d) para compra de armas e munição - Cr\$ 11,00

#### 8 - VISTOS:

- a) de saída do território nacional em passaportes de nacionais - Cr\$ 24,00

#### 9 - CERTIDÕES:

- a) de vistorias em fábricas de explosivos ou inflamáveis - Cr\$ 37,00
- b) outras não especificadas - Cr\$ 24,00

#### TABELA "C"

#### DOS ATOS RELATIVOS À FISCALIZAÇÃO DE ALIENÍGENAS

#### 10 - ATOS DIVERSOS:

- I - Inscrições de Cédula de Identidade de outras unidades federativas - Cr\$ 24,00
- II - Cancelamento de Visto de Saída - Cr\$ 24,00
- III - Registros não especificados - Cr\$ 24,00
- IV - Registro de temporário (turistas) - Cr\$ 41,00

#### TABELA "D"

#### DOS ATOS RELATIVOS AO SERVIÇO DE INVESTIGAÇÃO E DE IDENTIFICAÇÃO

#### 11 - ATESTADOS:

- I - de antecedentes criminais para obtenção de visto de saída - Cr\$ 20,00
- II - de antecedentes criminais para outros fins - Cr\$ 11,00

#### 12 - CÉDULAS:

- I - de identidade - Cr\$ 29,00
- II - de estrangeiro - Cr\$ 41,00
- III - segunda via da Cédula de Identidade - Cr\$ 58,00
- IV - segunda via da Cédula de estrangeiro - Cr\$ 58,00
- V - Retificação de nome - Cr\$ 58,00

#### 13 - PASSAPORTES:

- I - Expediente de passaporte individual - Cr\$ 117,00
- II - Expedição de passaporte família - Cr\$ 213,00
- III - Revalidação de passaportes - Cr\$ 58,00
- IV - Inclusão de países em passaportes por país - Cr\$ 11,00
- V - Inclusão de filhos em passaportes - por filho - Cr\$ 11,00

NOTA: Na expedição ou revalidação do passaporte, a taxa será reduzida em 20 por cento para o que comprovar viajar ao exterior exclusivamente com bolsa de estudo regularmente obtida e comprovada no ato da expedição.

#### 14 - VISTOS:

- I - de saída do Território em passaportes nacionais - Cr\$ 24,00

#### TABELA "E"

#### DOS ATOS RELATIVOS AO INSTITUTO DE POLÍCIA TÉCNICA

#### 15 - EXAMES EXTERNOS:

- I - Acidentes de Trânsito na Capital - Cr\$ 117,00
- II - Acidentes de Trânsito fora da Capital - Cr\$ 238,00

#### 16 - VISTORIAS:

- I - Constatação de danos e vistoria de outra natureza, na Capital - Cr\$ 96,00
- II - Constatação de danos e vistoria de outra natureza, fora da Capital - Cr\$ 180,00
- III - Levantamento em questões possessórias, na Capital - Cr\$ 238,00
- IV - Levantamento em questões possessórias, fora da Capital - Cr\$ 297,00

NOTA: Os valores dos exames externos e vistorias poderão ser reduzidos a critério do Diretor do Instituto, até o limite de Cr\$ 80,00 (oitenta cruzeiros) em função do tempo de serviço dispensado a menor complexidade do trabalho.

#### 17 - EXAMES DIVERSOS E PARECERES:

- I - Exames de documentos e contábeis, exames de laboratório em geral, de jogos e outros especiais, inclusive pareceres diversos - Cr\$ 297,00

NOTA: Os exames e pareceres, bem como os serviços especiais



que, pela natureza e complexidade, devem ultrapassar o limite estabelecido, neste item, serão objeto de orçamento prévio a ser apresentado à parte interessada.

#### 18 – FOTOGRAFIAS:

I – fotografias legendas e autenticadas até o tamanho 18x24 (primeira via) – Cr\$ 11,00

II – Demais vias, por unidade – Cr\$ 5,00

III – Ampliações fotográficas até o tamanho 30x40 (primeira via) – Cr\$ 58,00

IV – Demais vias por unidade – Cr\$ 45,00

NOTA: ampliações que ultrapassarem o tamanho 30x40, serão objeto de orçamento prévio, a ser apresentado à parte interessada.

V – Cópias fotostáticas de documentos para cada folha ou exemplar – Cr\$ 5,00

VI – Cópias heliográficas, por unidade

a) medindo até 33x22 – Cr\$ 11,00

b) ultrapassando essa medida – Cr\$ 16,00

#### 19 – CÓPIAS:

I – de laudos, exceto as fotografias e diagramas, por via – Cr\$ 16,00

NOTA: Cópia de laudos não serão fornecidas em as respectivas ilustrações quando houver.

#### TABELA “F”

#### DOS ATOS RELATIVOS AO INSTITUTO MÉDICO LEGAL

#### 20 – CERTIDÕES:

I – de laudo de necrópsia – Cr\$ 11,00

II – de laudo de exumação e necrópsia – Cr\$ 58,00

III – de laudo de lesões corporais para fins particulares – Cr\$ 11,00

IV – de laudos para processos de acidentes do trabalho – Cr\$ 11,00

V – de exames toxicológicos – Cr\$ 11,00

VI – De exames anatomo-patológicos – Cr\$ 11,00

VII – De exame sexológicos – Cr\$ 11,00

VIII – de exame de verificação de idade – Cr\$ 11,00

IX – De exame de insanidade (sanidade) mental - Cr\$ 11,00

X – de exames de outra natureza – Cr\$ 11,00

21 – Taxa de embalsamentos – Cr\$ 117,00

22 – Exames radiológicos – Cr\$ 117,00

#### TABELA “G”

#### DOS ATOS RELATIVOS AO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

#### I – HABILITAÇÃO DE CONDUTORES:

1 – Aprendizagem e autorização para conduzir veículos – Cr\$ 20,00

2 – Provas escritas ou orais sobre leis e regulamentos de trânsito, para amadores e profissionais, e provas escritas ou orais, sobre conhecimento técnico do veículo, para profissionais – Cr\$ 8,00

3 – Provas práticas de direção na via pública – Cr\$ 8,00

4 – Exames:

a) de sanidade física e mental – Cr\$ 30,00

b) Psicotécnico – Cr\$ 31,00

5) Carteira Nacional de Habilitação – Cr\$ 20,00

6 – Averbação da Carteira Nacional de Habilitação – Cr\$ 20,00

7 – Segunda via da Carteira Nacional de Habilitação – Cr\$ 20,00

8 – Autorização a condutor habilitado no estrangeiro, por prazo não superior a 6 meses – Cr\$ 41,00

9 – Autorização a motorista amador, diplomata ou credenciado junto às representações diplomáticas, até 12 meses – Cr\$ 41,00

#### II – LICENÇAS DIVERSAS:

10 – As pessoas físicas ou jurídicas, a requerimento, para estacionamentos especiais, por ano – Cr\$ 62,00

11 – Para trânsito de veículo, sem placas, mediante licença especial de pábrisa, até 15 dias, por dia - Cr\$ 3,00

12 – Para trafegar em zonas ou horários não permitidos (anés de bloqueio) – Cr\$ 62,00

13 – Para uso anual de placa experiência – Cr\$ 41,00

14 – Para estacionamento em faixas de estacionamento - “pontos de estacionamento de veículos de aluguel” - por ano – Cr\$ 62,00

#### III – AUTORIZAÇÕES DIVERSAS:

15 – para substituição, remarcação ou regravação de motor – Cr\$ 20,00

16 – Para remarcação ou regravação de chassi – Cr\$ 21,00

17 – Para remontagem de veículos - Cr\$ 41,00

18 – Para pequenas adaptações, no veículo, acessórios não convencionais – Cr\$ 41,00

19 – Para colocação de dísticos especiais em veículos, destinados ao transporte de inflamáveis, explosivos e materiais fisséis, por ano – Cr\$ 20,00

20 – Para colocação de faixas permitidas pela legislação de trânsito – Cr\$ 41,00

21 – Para guinchamentos privados, por guincho anualmente – Cr\$ 62,00

#### IV – REGISTROS DIVERSOS:

22 – Registro anual de despachante – Cr\$ 419,00

23 – Registro anual de auto-escola - Cr\$ 419,00

24 – Registro de instrutor de auto-escola – Cr\$ 62,00

25 – De oficinas mecânicas que regravem motores e chassi de veículos ou efetuem a substituição de motores, por ano – Cr\$ 62,00

26 – De estabelecimentos que comerciem com veículos irreperáveis ou peças básicas (motores e chassi) por ano – Cr\$ 62,00

#### V – SERVIÇOS DIVERSOS:

27 – Certidões ou fotocópias de documentos de habilitação e prontuários, por folha – Cr\$ 3,00

28 – Expedição para outros Estados, registro e arquivamento de prontuários recebidos de outros Estados – Cr\$ 3,00

29 – Pedidos protocolados no Detran – Cr\$ 3,00

30 – Levantamento de acidentes, à conta do causador devidamente julgado – Cr\$ 41,00

31 – Substituição do certificado de registro – Cr\$ 41,00

32 – Segunda via do certificado de registro – Cr\$ 41,00

33 – Vistorias domiciliares – Cr\$ 41,00

34 – Substituição de placas – Cr\$ 20,00

35 – Guinchamento – Cr\$ 62,00

36 – Estadia no estacionamento oficial do Detran - por dia – Cr\$ 8,00

37 – Apostilas em certificados – Cr\$ 20,00.

Sala das Comissões, em 03-de dezembro de 1975.

a – ACCIOLY NETO – Presidente

a – EZEQUIAS LOSSO – Relator

#### COMISSÃO DE FINAÇAS

#### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 165/75

Mensagem do Senhor Governador, transformada nesta Casa no Projeto de Lei ora em exame, dispõe sobre a taxa de segurança pública, instituída pela Lei nº 5.482, de 20 de janeiro de 1967 e modificada pela Lei nº 6.638, de 29 de novembro de 1974, amoldando-as aos preceitos contidos na Lei Federal nº 6.205, de 29 de abril de 1974, e Decreto Federal nº 75704, de 08 de maio do mesmo ano.

A matéria já foi examinada pela Comissão de Justiça, que concluiu pela aprovação da mesma, com emenda substitutiva.

Examinando, no âmbito desta Comissão, entendo que o Projeto está em condições de ser aprovado, com a emenda substitutiva.

É o parecer. Sub-censura.

Sala das Comissões, em 09 de dezembro de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente

a) LÚCIO MACHADO – Relator

– Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – (Para discutir). Sr. Presidente.

Apenas para deixar registrado nos Anais desta Casa, o meu desaproço a respeito da forma com que foi elaborado este Projeto e louvar a Comissão de Constituição e Justiça por ter acudido pelo menos em parte ao texto dos valores fixados por este projeto.

Deixo, de certa forma, uma homenagem à Comissão de Constituição e Justiça, que deu uma conotação pelo menos numérica inferior à que o Executivo mandou.

Não vi preocupação do Executivo ao enviar esta Mensagem no estudo de um critério mais lógico a respeito dos valores aqui fixados.

Entendo que este deveria ser o momento adequado para se fazer um reexame de toda a matéria e colocar, com justiça, em cada item, os valores correspondentes.

Era o reparo que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE – Continua em discussão. Em Votação. – APROVADO.

Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Deni Schwartz e Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ismael Carneiro, ocorrido na cidade de Marmeleiro. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja constituída uma Comissão, composta de três Srs. Deputados, para participar das solenidades da inauguração da estrada João Lunardelli, que liga Rolândia a Porecatu. – APROVADO.

A Presidência fará a designação no final da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República, e Ministro da Educação e Cultura, manifestando solidariedade desta Casa à indicação do Professor Dr. Dalton de Oliveira Vianna, para membro do

Egrégio Conselho Federal de Educação. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Dr. Theodócio Atherino, magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, transmitindo os cumprimentos desta Casa pela dinamização daquela Escola Superior, com relação, em especial aos diplomas e seus respectivos registros, sendo que a maioria dos formandos receberá no ato da Colação de Grau seu pergaminho devidamente registrado, fato inédito nos 63 anos de vida daquela instituição. – APROVADO.

O Deputado Fuad Nacli, que não se encontra presente, pediu a constituição de uma Comissão Especial, com o fim de comaprecer à inauguração da estrada João Lunardelli, que liga Rolândia a Porecatu.

Evidentemente, há algum equívoco, porque a referida estrada já está em tráfego há alguns anos. Provavelmente, será a denominação da estrada.

Nessas condições, a Mesa designa os Srs. Deputados Fuad Nacli, Otássio Pereira e Dácio Leonel para comparecerem àquela solenidade.

Nada mais havendo a tratar, declaro necerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução nºs 134/75, 135/75, 136/75, 137/75, 138/75, 139/75, 140/75 e de Lei nº 177/75.

2ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução nºs 141/75, 142/75, 143/75, 144/75, 145/75, 146/75, 147/75, 148/75, 149/75, 150/75, 151/75, 152/75, 153/75 e de Lei nº 165/75.

1ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução nºs 203/75, 154/75, 155/75, 156/75, 157/75, 158/75, 159/75, 160/75, 161/75, 162/75, 163/75, 165/75, 166/75, 167/75, 168/75, 169/75, 170/75, 171/75, 172/75, 178/75, 179/75.

Marcando ainda uma sessão para sexta-feira, dia 12, às 10,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL – dos Projetos de Resolução nºs 127/75, 128/75, 129/75, 130/75, 131/75, 132/75.

1ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução nº 180/75, 181/75, 182/75, 183/75, 184/75, 185/75, 186/75, 187/75, 188/75 e 189/75.

Levanta-se a sessão.